

Gêneros jornalísticos: construção teórica em constante debate¹

Maria Stella Galvão SANTOS²

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

Resumo

A abordagem dos elementos que compõem os vários discursos dos meios noticiosos não pode, definitivamente, prescindir de um olhar detido sobre a construção teórica sobre os gêneros jornalísticos. Abordar o universo noticioso do corpus empírico de nossa tese doutoral³ trouxe à tona, em vários momentos, a necessidade de entender o papel crucial desempenhado por um ou outro formato de apresentação dos relatos e comentários acerca da greve das universidades de 2015. Para problematizar nossas escolhas metodológicas neste campo, buscamos referências em pelo menos três autores – Marques de Melo (2003, 2009), Carlos Chaparro (1998), Martínez Albertos (2001) que debatem a questão dos gêneros à luz das teorias do jornalismo e de modelos conceituais clássicos e repensados em decorrência de revisões e debates constantes neste campo.

Palavras-chave

Gênero jornalístico; Análise de discurso; Jornalismo.

No Brasil, as propostas classificatórias dos gêneros no jornalismo são baseadas em duas diferentes perspectivas propostas pelas principais referências neste campo teórico no país, José Marques de Melo e Manuel Carlos Chaparro. O primeiro estudou por décadas o tema e propôs categorias baseadas no formato e intencionalidade dos textos jornalísticos, sendo referenciado por sucessivas gerações de estudantes de jornalismo. Chaparro, em contrapartida, publicou em 1998 um estudo comparativo do jornalismo praticado em Portugal e no Brasil, no qual questiona o paradigma que balizou, por décadas, a discussão sobre a questão dos gêneros de textos jornalísticos: a separação entre opinião e informação. “Trata-se de um falso paradigma porque o jornalismo não se divide, mas constrói-se com informações e opiniões.” (CHAPARRO, 1998, p. 100)

Esta oposição é justamente um dos eixos centrais da produção acadêmica de Marques de Melo neste campo. A obra que trata diretamente dos gêneros jornalísticos [considerada por muitos, inclusive Chaparro (1998, p.106), como a mais importante da

1 Trabalho apresentado no GP Gêneros Jornalísticos, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

2 Jornalista, doutoranda em Educação pela UFRN, email: stellag@uol.com.br.

3 “Grande mídia e as disputas pela legitimação do discurso sobre a universidade brasileira durante a greve de 2015”, defendida no segundo semestre/2018 junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN.

área publicada no país], foi editada originalmente em 1985⁴. Nela, o autor propõe uma classificação baseada no paradigma anglo-saxônico e dividindo os textos nas categorias Informação e Opinião. Esta divisão deriva da convicção do autor de que os gêneros textuais neste campo identificam-se a partir da natureza dos relatos que resultam das produções jornalísticas, como afirma:

Os gêneros se estruturam a partir de um referencial exterior à instituição jornalística: sua expressão depende diretamente da eclosão e evolução dos acontecimentos e da relação que os mediadores profissionais (jornalistas) estabelecem em relação aos seus protagonistas (personalidades ou organizações). Já no caso dos gêneros que se agrupam na área de opinião, a estrutura da mensagem é codeterminada por variáveis controladas pela instituição jornalística e que assumem duas feições: autoria (quem emite a opinião) e angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião). (MARQUES DE MELO *apud* CHAPARRO, 1998, p. 107)

Contestando a proposta classificatória de Marques de Melo, e o primeiro a fazê-lo no país, o principal argumento de Chaparro é que tanto a apuração de dados como a depuração destes, visando a elaboração do texto noticioso, constituem “intervenções valorativas, intencionadas por pressupostos, juízos, interesses e pontos de vista estabelecidos” (CHAPARRO, 1998, p. 101). Deste ponto de vista, não haveria meios de noticiar sem incorporar a componente opinativa e, por outro lado, seria impraticável comentar [ou opinar, para preservar a terminologia original que antagoniza os teóricos] sem tomar por base fatos e dados apurados pelos jornalistas. No livro ‘Sotaques d’aquém e d’além mar’: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro, Chaparro se propõe a “desenvolver e consolidar uma proposta teórica para a conceitualização dos gêneros jornalísticos, entendidos como formas discursivas pragmáticas” (CHAPARRO, 1998, p. 76). Os pressupostos de sua análise são: o jornalismo enquanto linguagem de relato e análise da atualidade realiza-se por um conjunto de técnicas desenvolvidas na experiência do fazer; “as espécies jornalísticas são reportagem, artigo/ entrevista, notícia, crônica e coluna; uma espécie pode prevalecer mais em algumas épocas e circunstâncias; e o discurso jornalístico não é autônomo”. (idem, p.77).

O fortalecimento da separação das duas instâncias (informativa e opinativa) ocorreu, segundo Chaparro, com o surgimento do jornal Diário de Notícias [lançado em 1º de janeiro de 1865], que provocou mudanças na linguagem jornalística e no perfil empresarial da imprensa da época. O jornal, como relata o autor português, assumiu a

⁴ Utilizamos a 2ª edição do livro *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. Ed. Vozes, 1994.

linha jornalística “culturalmente revolucionária implantada pelo inglês *Daily Courant*, que em 1702, ao privilegiar a informação sem juízos de valor e separada dos artigos, criou o mito anglo-saxônico da objetividade jornalística” (CHAPARRO, 1998, p. 45).

Efeitos da ‘objetividade jornalística’

Aqui abrimos um parêntese para situar a íntima relação entre o debate em torno de gêneros textuais no jornalismo – que surge ao redor dos anos 1970 no Brasil, inicialmente com o professor Luiz Beltrão, do qual Marques de Melo foi aluno e sistematizador das primeiras noções propostas pelo mestre – e o clássico mito da objetividade que impregnou a atividade noticiosa desde os seus primórdios. Traquina (2005) situa o primeiro registro reconhecido deste valor quase deontológico da profissão também em 1856, quando o correspondente em Washington da agência *Associated Press* pronunciou o que viria a ser um dos totens da nova tradição jornalística, mais informativa que propagandística. “*O meu trabalho é comunicar fatos: as minhas instruções não permitem qualquer tipo de comentários sobre os fatos, sejam eles quais forem*” (TRAQUINA, 2005, p. 51, grifo do autor) O jornalismo, então sob influência do Positivismo, vivencia o culto dos fatos. “O conteúdo dominante dos jornais começou a concentrar-se em acontecimentos, por oposição a opiniões políticas.” (idem, p. 54)

Um dos teóricos brasileiros mais reconhecidos no âmbito da comunicação, Muniz Sodré enxerga outro viés histórico para a assunção deste paradigma no interior da prática noticiosa. Assim, ele entende o pacto da objetividade jornalística estabelecido na cultura jornalística brasileira desde meados do século XIX, quando se começa a fazer uma distinção entre texto opinativo e notícia, “certamente como um rescaldo da fé iluminista no conhecimento objetivo garantido pela razão”. (SODRÉ, 2012, p 43). Para Martino (2010, p. 67), um estudioso do campo teórico da comunicação, o discurso da neutralidade passou a ser visto em si como uma forma de manipulação ideológica⁵. “Quanto mais o repórter parecia falar de lugar nenhum, menos era possível atribuir suas escolhas na criação da notícia a valores, ideias e opiniões pessoais ou de grupos”. Assim, sob a ótica da objetividade, conteúdos ideológicos podem ser naturalizados. A incorporação do preceito de objetividade jornalística não obteria êxito, porém, se não

⁵ Martino (2009, p. 66) recorre ao pensamento de Marx e Engels para situar o tópico ideologia: trata-se de “uma ‘falsa consciência’, isto é, a consciência de uma classe imposta sobre a outra, no caso, uma falsa consciência imposta pela burguesia ao proletariado com o objetivo de esconder a real situação da classe trabalhadora”. Neste sentido, deduz o autor, uma ideologia constitui-se em “um conjunto de valores, práticas e aspirações responsáveis por criar a moldura a partir da qual o indivíduo entende o mundo ao seu redor”.

estivessem atrelada a uma ferramenta prática cujo uso está consagrado na história do jornalismo. Trata-se do *lead* ou pirâmide invertida, conceito que nasce na prática jornalística norte-americana, como relata Albertos (2001, p. 197), mais exatamente no âmbito da agência *Associated Press* e como consequência da guerra civil naquele país (1861-65). Até então os jornalistas norte-americanos utilizavam o relato estruturado sobre a ordem cronológica dos fatos, como haviam aprendido com os britânicos. O risco de extravio dos dados enviados por telégrafo, porém, terminou favorecendo a formatação de um breve sumário dos acontecimentos formado pelas palavras-chaves quem, que, onde, quando e por que, a base estrutural da chamada pirâmide invertida, ou *lead*. Albertos relata que as cinco palavras foram adaptadas do latim. “No *lead* ou cabeça da informação haveria que situar um parágrafo que respondesse às perguntas de um conhecido hexâmetro da baixa Idade Média” (idem, p. 196) As perguntas em latim se converteram na regra dos cinco W’s em inglês: *what, when, where, who, why*.

Para Martínez Albertos, autor com quem Chaparro dialogou abertamente na elaboração de sua proposta de revisão conceitual acerca dos gêneros, as notícias apresentam-se em duas modalidades estilísticas: relatos ou comentários, outra nomenclatura para o embate informação x opinião. Albertos foi o primeiro professor da disciplina “Os gêneros jornalísticos”, oferecida desde 1959 pela Universidade de Navarra e, segundo Seixas (2009, p. 48), um dos primeiros centros de investigação ocidentais a pesquisar os gêneros da prática jornalística. Não por acaso, o professor tornou-se uma das maiores referências na área.

Vale destacar que, para este autor, a questão primordial associada à noção de gênero se expressa de modo mais amplo no texto noticioso. “A notícia é uma matéria prima sobre a qual os profissionais da comunicação jornalística podem trabalhar sob três enfoques: informação, interpretação e opinião.” (ALBERTOS, 2001, p. 56) É na abordagem jornalística ou “enfoque”, conforme o autor, que surge a modalidade interpretativa dos fatos. A interpretação, como explica, “deve ser entendida como a análise de fatos primários e conexos para descobrir o significado profundo da notícia” (idem, p. 214) Mas, onde caberia a interpretação e no que ela se diferenciaria da opinião? Albertos afirma que a interpretação é indissociável da parte informativa do jornal, presente em reportagens que aprofundizam a análise dos fatos. “Quando se pretende fornecer aos leitores um comentário [acerca dos fatos noticiados] ou opinião, então o texto deverá colocar-se nos espaços reservados à seção editorial.” (idem, p. 215)

Conforme o autor espanhol, a função valorativa da imprensa aparece de forma mais evidente no plano dos textos que se escrevem com uma finalidade de comentário ou opinião sobre a realidade dos fatos objetivos, “nos chamados textos editorializantes da informação da atualidade” (idem, p. 46).

Ao falar da revisão da doutrina tradicional, de inspiração anglosaxônica, Albertos ressalta que esta pensava o fazer jornalístico com duas finalidades, a transmissão de dados objetivos ou a emissão de juízos de valor acerca dos acontecimentos da atualidade. “Os textos que resultavam da primeira atitude se denominavam relatos (*stories*), enquanto os que respondiam ao segundo objetivo recebiam o nome de artigos de opinião (*comments*).” (idem, p. 278) Esta proposta binária entrou em crise frente à polarização entre os dois termos e passou a se postular uma terceira atitude deontologicamente correta, no dizer do autor, sempre que saiba manter-se dentro de seus justos limites: a *interpretação* jornalística (grifo do autor). Ele propõe que a reportagem não se presta à emissão de juízos próprios do jornalista e, portanto, não é um lugar apto para editorializar. “A reportagem moderna, incluída a reportagem interpretativa, se caracteriza precisamente por sua *rigorosa aparência* de objetividade na apresentação dos fatos” [grifo nosso] (idem, p. 302-303) A ideia de que o texto jornalístico informativo deva parecer isento está na raiz do debate que antagoniza relatos e pareceres, como diz Sodré⁶:

Se o jornalista não se especifica editorialmente como comentarista (*comment* é algo diverso de *news*), o seu enunciado ‘noticioso’ obriga-se a explicitar a distinção entre informação pura e opinião, isto é, entre o relato supostamente parcial e objetivo de um acontecimento e a tomada de posição subjetiva sobre a natureza do fato. (SODRÉ, 2012, p. 12)

Imbricações intergêneros

O debate em torno do tema é contínuo, até mesmo porque as distinções de gêneros discursivos e sua classificação estão longe de se constituir em unanimidade entre teóricos da comunicação e analistas do discurso. Bonini (2003, p. 208)⁷ é um dos estudiosos a apontar para as inconsistências no interior deste debate. “A ocorrência dos gêneros nos textos do jornal não se dá em unidades facilmente delimitáveis. Os textos

⁶ Em “A Narração do Fato: Notas para uma teoria do acontecimento” (Vozes, 2012, 2ª edição), em texto ensaístico à guisa de introdução, Muniz Sodré afirma uma questão central relacionada ao debate em torno dos gêneros no jornalismo: “A busca de uma transparência discursiva ou ideológica, mas apoiada nas opacidades de seu próprio mito, é a ambivalência constitutiva do jornalismo.” (p.13)

⁷ Bonini, A. Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, jul./dez. 2003.

apresentam um alto índice de imbricações intergêneros”. A própria noção de gênero que, como destaca Cristóvão (2012, p. 56), não é definida de maneira uniforme entre os especialistas, é difusa no campo do jornalismo, ocorrendo “de forma desordenada, uma vez que são utilizadas teorias de diferentes campos do conhecimento”. (idem) A autora cita Charaudeau (2015, p. 209) e seu princípio de tipologização dos gêneros: “uma tipologia de base que entrecruza os principais modos discursivos do tratamento da informação (‘acontecimento relatado’, ‘acontecimento comentado’, ‘acontecimento provocado’)”. No primeiro, conforme o autor, impõe-se o acontecimento exterior, enquanto o terceiro se passa em uma zona “na qual se impõe o mundo midiático” (idem). E, entre os dois, os comentários.

A propósito do acontecimento relatado, atentamos para o que diz Sodré acerca da notícia, estrutura textual universalmente atrelada à prática jornalística: Trata-se do “gênero jornalístico por excelência que dá conta, de um modo sucinto, mas completo, de um fato atual ou atualizado, digno de ser conhecido e divulgado”. (SODRÉ, 2012, p. 22). Pioneiro no estudo preliminar deste campo no país, mentor e professor de Marques de Melo, Beltrão assim a definiu: “é a narração dos últimos fatos ocorridos ou com possibilidade de ocorrer, em qualquer campo da atividade e que, *no julgamento do jornalista*, interessam ou tem importância para o público a que se dirigem” [grifo nosso] (BELTRÃO, 2006, p. 82). Já Albertos (2001) refere-se à notícia como um fato verdadeiro, *inédito* ou *atual*, de interesse geral. “Elas se referem, portanto, indistintamente, a fatos *inéditos*. (...) O normal é que as notícias versem sobre fatos que são novos precisamente porque são atuais.” (ALBERTOS, 2001, p.50). Para Charaudeau, que se deteve pormenorizadamente nas reflexões sobre a prática jornalística, o ato de informar inscreve-se no processo de transformar o “mundo a significar” em “mundo significado”, na expressão do autor, “porque deve *descrever* (identificar-qualificar fatos), *contar* (reportar acontecimentos), *explicar* (fornecer as causas desses fatos e acontecimentos)”. (CHARAUDEAU, 2015, p. 41).

Convém, então, discutir as perspectivas de diferentes autores acerca dos principais formatos de apresentação textual no jornalismo. Na “Classificação Marques de Melo” (2009, p. 35) que segundo o autor se fundamenta em observações empíricas do jornalismo brasileiro no período 2002-2007 e também na intencionalidade do material noticioso, este considera pertencentes ao grupo informativo a notícia, a nota, a reportagem e a entrevista, agrupando no plano opinativo o editorial, o comentário, o

artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta. O jornalismo, conforme afirma, articula-se em dois núcleos principais de interesse: “a informação (saber o que se passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que passa). Daí o relato jornalístico haver assumido duas modalidades: a descrição e a versão dos fatos”. (MARQUES DE MELO, 2003, pp. 63-64). Para ele, o gênero informativo apresenta-se de maneira a produzir especificidades na composição dos diferentes formatos.

A distinção entre a nota, a notícia e a reportagem está exatamente na progressão dos acontecimentos, sua captação pela instituição jornalística e acessibilidade de que goza o público. A nota corresponde ao relato de acontecimentos que estão em processo de configuração e por isso é mais frequente no rádio e na televisão. A notícia é um relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. A reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que já são percebidas pela instituição jornalística. Por sua vez, a entrevista é um relato que privilegia um ou mais protagonistas do acontecer, possibilitando-lhes um contato direto com a coletividade. (MARQUES DE MELO, 2003, p.66)

Na perspectiva deste autor que foi um dos pioneiros em teorizar acerca dos gêneros no Brasil, a distribuição das vertentes informativa e opinativa é assim sugerida:⁸

1. *Gênero informativo*: Nota, Notícia, Reportagem, Entrevista

2. *Gênero opinativo*: Editorial, Comentário, Artigo, Resenha, Coluna, Caricatura, Carta, Crônica.

Chaparro, cujo alvo é a estrutura linguística do discurso, também fundamenta o discurso noticioso em dois gêneros, considerando que “as ações jornalísticas são duas: relatar a atualidade; comentar a atualidade. Como opinião e informação. Nada além disso”. (1998, p. 122). No terreno movediço da definição dos gêneros, portanto, Marques de Melo e Chaparro aparentemente caminham juntos, mas apartados pelo fato de que um enxerga no texto noticioso a mítica objetividade jornalística, reservando-se a opinião para formatos textuais que explicitem esta característica. Atente-se ainda para o fato de que os autores recorrem a diferentes nomenclaturas (gênero, formato, espécie) para definir um mesmo texto (ou um mesmo conjunto de textos) publicado pela imprensa. Os dois gêneros classificados por Chaparro são o Relato e o Comentário⁹.

⁸ O autor inclui na sua classificação, ainda, os gêneros interpretativo, diversional e utilitário.

⁹ Ele também agrupa no primeiro grupo o que chama de “Espécies gráfico-artísticas” – caricatura e charge – e, no segundo, o que classifica de “Espécies práticas”, que inclui roteiros, indicadores e até previsão de tempo.

Gênero Comentário

1. Espécies Argumentativas: Artigo, Crônica, Cartas, Coluna.

Gênero Relato

2. Espécies Narrativas: Reportagem, Notícia, Entrevista, Coluna.

Conforme Albertos, a informação insere-se em um gênero eminentemente narrativo, “um relato breve e esquemático de acontecimentos recentemente ocorridos, no qual em alguns momentos podem introduzir-se técnicas descritivas dentro da narração base”. (2001, p. 292) Por outro lado, a opinião “deve ser confinada quase religiosamente à seção editorial”. (idem, p.342) De acordo com este enfoque, há três modos de tratar jornalisticamente a notícia: a informação (através da reportagem informativa ou relato objetivo), a interpretação (por meio da reportagem interpretativa) e a opinião (que se vale do comentário). Mas a interpretação assim valorada, prossegue Albertos (idem, p. 342), não é opinião: é informação em um segundo nível de maior profundidade e documentação referente ao simples relato objetivo, entendendo este ao modo tradicional e estruturado normalmente em forma de pirâmide invertida.

Na classificação de Martínez Albertos, o nível interpretativo da informação se compõe da reportagem interpretativa e da crônica. “Os textos dedicados a fazer a interpretação jornalística pertencem ao chamado *mundo do relato*” (grifo do autor) (idem, p. 278) O que Marques de Melo e Chaparro chamam de gêneros, Albertos classifica de “atitudes”, subdivididas em três: Informação (relatar), Interpretação (analisar) e Opinião (persuadir). Assim, complementarmente aos textos interpretativos, os gêneros seriam, no primeiro caso, notícia e reportagem objetiva e, no terceiro, artigo ou comentário. O autor conclui que a atitude interpretativa gera gêneros jornalísticos híbridos, na medida em que incorporam características do viés informativo e do opinativo. Cita, a propósito, Lester Markel, para quem reportagem interpretativa “explica, enquanto os editorialistas e colunistas advogam” (Markel *apud* ALBERTOS, p. 179).

A ideia do noticiário como tradução do real é assim explicitada por Gomis (1991), outro autor espanhol frequentemente citado por estudiosos brasileiros deste campo. “Que faz o jornalismo? Interpreta a realidade social para que as pessoas possam entendê-la, adaptar-se a ela e modificá-la, é um método de interpretação sucessiva da

realidade social.” (GOMIS, 1991, p. 37). Para este autor, acadêmico e poeta, os gêneros jornalísticos nascem como herdeiros dos gêneros literários, mas a necessidade deles no jornalismo é maior porque a literatura costuma ser a obra de um autor, enquanto o texto noticiado combina o trabalho de muitas pessoas, do que realiza a apuração dos dados ao editor, passando pelo profissional encarregado de adequar o texto ao locus de sua veiculação. “Há que saber, portanto, não apenas o que se está dizendo, mas fundamentalmente o que se está fazendo, se uma notícia, uma crônica ou um editorial.” (idem, p. 44).

Em sua tese doutoral, Lia Seixas (2009) situa o surgimento da noção de gênero na Grécia antiga, com o filósofo Platão, que subdividiu a poesia em dramática, lírica e épica no livro II da República. Porém, coube a seu discípulo Aristóteles desenvolver, na Poética, a primeira reflexão sobre a existência de gêneros, notadamente literários, que se transformou na principal referência para as teorias literárias em geral “e, conseqüentemente, para qualquer classificação ou sistematização de gêneros, seja na linguística ou na mais recente análise do discurso.”(SEIXAS, 2009, p. 17).

Gêneros e análise do discurso

Seguindo este fio condutor, Teun van Dijk, linguista de formação, aborda o universo midiático em termos de construção discursiva em pelo menos dois livros editados inicialmente na década de 1980, dos quais utilizamos as traduções para o castellano: *La Ciencia del texto* (1992) e *La notícia como discurso* (1990). Sua incursão neste campo deu-se com o envolvimento em um projeto de comparação de como os jornais mais prestigiados do mundo noticiavam o mesmo acontecimento. O objetivo, como relata, era examinar as estruturas semânticas e estilísticas de cada local, e como as macroestruturas gerais [conteúdo do texto] de artigos jornalísticos podem variar no mesmo país ou em países distintos. (VAN DIJK, 1992, p. 69)

Com base nos dados reunidos, o autor discorreu sobre o que chamou de “estruturas esquemáticas convencionais” (idem, p. 77) Trata-se de outra maneira de classificar o lead jornalístico: série de categorias hierarquicamente ordenadas que dialogam com um esquema narrativo, ainda segundo o autor. “Em princípio qualquer discurso jornalístico tem o mesmo esquema global do texto de notícias, mas o conteúdo é diferente em cada caso” (idem), numa clara referência à categorização por gênero pela característica discursivo-narrativa incorporada ao texto.

Chaparro nos lembra (1998, p. 123), que conforme van Dijk, “o discurso jornalístico tem duas grandes classes de texto: a dos *esquemas narrativos*, eficazes para o relato da atualidade: e a classe dos *esquemas argumentativos*, eficazes para o comentário da atualidade” (grifos do autor). É do linguista holandês a identificação de uma das características mais chamativas e típicas da elaboração temática do discurso jornalístico, o seu caráter fragmentado, quer dizer, cada tema se apresenta em partes, não como um todo, como em outros tipos de discurso. Esta característica estrutural se origina no princípio global da organização da relevância na notícia. “Este princípio sustenta que o discurso jornalístico se organiza de maneira tal que a informação mais importante ou relevante é posta na posição mais destacada” (van Dijk, 1990, p. 71). Porém, como ressalva o autor, às vezes um detalhe semântico pode ter maior relevância que a tradição de situar no início do texto as respostas às perguntas tradicionais sobre um acontecimento. (idem)

Os esquemas do discurso são explicados em termos das chamadas superestruturas, equivalentes a estruturas globais do discurso. A necessária relação com outras estruturas do discurso se estabelece através de macroestruturas semânticas (temas). Ou seja, para identificar uma forma ou esquema global de um texto, devemos relacioná-lo com um significado global que possa preencher esta forma ou esquema. Assim, cada categoria da superestrutura se associa com uma macroproposição (tema) da macroestrutura semântica. (VAN DIJK, 1990, p. 80)

Super-estruturas são *formatos* ou *esquemas* mais ou menos fixos de discursos. Eles consistem de categorias convencionais de um gênero do discurso, categorias como manchete ou título e *lead*, no caso das notícias. Então não são gêneros de discurso mas a forma esquemática de cada gênero. Ou seja, pode ocorrer de uma notícia ter um título sem relação com o conteúdo do texto, assim como algumas orações têm uma estrutura sintática independente do sentido. [Texto enviado por email à autora deste artigo em 16/03/2018 por van Dijk, em resposta a questões suscitadas pela leitura do livro *La notícia como discurso*, 1990]

O principal objetivo da análise do discurso, afirma, consiste em “produzir descrições explícitas e sistemáticas de unidades de uso da linguagem que têm duas dimensões principais: texto e contexto” (idem, p. 45). As primeiras dão conta, segundo autor, das estruturas do discurso em diferentes níveis de descrição, enquanto as dimensões contextuais relacionam as descrições estruturais com os diferentes contextos, representações ou fatores socioculturais. Conforme Chaparro (1998, p. 119), a

contribuição de van Dijk “elabora pontes entre a pragmática e o jornalismo, produzindo um instrumento de análise e explicação precioso para a compreensão da ação jornalística”.

Considerações finais

O debate que demarca as diversas tentativas de classificação dos gêneros jornalísticos alimenta-se, em boa medida, do terreno algo movediço em que caminham os meios noticiosos, hoje, com a reconfiguração de seus suportes e modos de formatar a informação buscando adequar-se ao imediatismo determinado pelo ambiente digital. Também salta à vista a necessidade – antes de qualificar os formatos praticados na atualidade e de analisar produtos jornalísticos com base em classificações já existentes – de levar em consideração o modo como dialogam os conceitos na perspectiva de diferentes autores. Nesta nossa análise, limitamo-nos ao debate que mobiliza autores brasileiros, portugueses e espanhóis. Eles nos ajudam a compreender os avanços (ou recuos, quando pensamos sobre a maneira como o noticiário tem sido reformulado para adequar-se a formatos palatáveis sob o signo das novas mídias) da atividade jornalística e permitem um olhar mais apurado sobre os modos como os meios organizam-se nos dias atuais. Afinal, “desde o início das atividades permanentes de informações sobre a atualidade, colocou-se a distinção entre as modalidades de relato dos acontecimentos”. (MARQUES DE MELO, 2003, p. 42).

A variabilidade de classificações no que tange aos gêneros jornalísticos, portanto, leva o pesquisador a definir critérios de eleição para aplicá-los aos dados reunidos no interior do campo jornalístico. Em nosso caso, optamos por trazer o debate sobre diferentes e por vezes convergentes formas de nomear os diversos formatos noticiosos, embora em termos pragmáticas tendemos a seguir a classificação de Marques de Melo em diálogo com a perspectiva apontada por Chaparro e as ressalvas ligadas ao processo do fazer jornalístico apontadas pelos professores Sodr e e Albertos. Autores como Bonini consideram ultrapassada a metodologia inspirada no modelo aristotélico de criar tipologias abstratas – o que se revela ainda mais datado quando examinarmos a economia de formatos de textos para adequar-se ao ambiente online. A constru o teórica incessante neste âmbito, se aparentemente confunde pela mescla de perspectivas acerca do mesmo ponto de partida, por outro lado nos auxilia a enxergar o ambiente multifacetado e sujeito a uma série de influências que caracteriza o campo jornalístico.

REFERÊNCIAS

- ALBERTOS, J. L. M. **Curso general de redacción periodística**. Madrid: Paraninfo, 2001.
- BELTRÃO, L. **Teoria e Prática do Jornalismo**. Adamantina: FAI & Cátedra Unesco Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, Edições Omnia, 2006.
- BONINI, A. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 205-231, jul./dez. 2003.
- CHAPARRO, M. C. **Sotaques d'aquém e d'além mar: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro**. Santarém/PT: Jortejo, 1998.
- CHARAUDEAU, P. **O discurso das mídias**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- GOMIS, L. **Teoría del periodismo; cómo se forma el presente**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1991.
- MARQUES DE MELO, J. **Teoria do Jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- _____. **Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MARTINO, L. M. S. **Teoria da Comunicação – Ideias, conceitos, métodos**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MEDINA, C. **Entrevista, o diálogo possível**. São Paulo: Ed. Ática, 1986.
- PONTE, C. **Para entender as notícias – linhas de análise do discurso**. Florianópolis: Insular, 2005.
- SODRÉ, M. **A narração do fato - Notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- SOUSA, J. P. (2004). **Introdução e matizes do discurso jornalístico impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- SEIXAS, L. **Redefinindo os gêneros jornalísticos: Proposta de novos critérios de classificação**. 1ª ed. Covilhã: Labcom, 2009.
- TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo – Porque as notícias são como são**. 2ª edição. Florianópolis: Insular, 2005.
- VAN DIJK, T. A. **La ciencia del texto**. Barcelona/Buenos Aires: Paidós, 1992.
- _____. **La noticia como discurso – comprensión, estructura y producción de la información**. Barcelona/Buenos Aires: Paidós, 1990.